

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 583 - Brasília, segunda-feira, 10 de novembro de 1997



Plenário vota 21 matérias nesta semana

Entre as propostas a serem apreciadas pelos senadores está a que cria o Fundo de Terras

O plenário apreciará na quarta-feira o projeto do senador Esperidião Amin que cria o Fundo de Terras, destinado a financiar a aquisição de pequenas propriedades rurais. O Fundo de Terras é uma das 21 matérias que o Senado deverá votar nesta semana. Amanhã, os senadores votarão projeto que regulamenta a contratação de professores estrangeiros por universidades e instituições de pesquisa federais. **Página 3**



Amin é o autor do projeto criando o Fundo de Terras, que o plenário vai apreciar

Otoniel e Miranda querem reformas já

"Esta crise representa um alerta para que se deslanche o processo de reformas", afirma o senador Otoniel Machado ao defender a votação imediata de mudanças indispensáveis ao fortalecimento do Real. Apelo no mesmo sentido é feito pelo senador Gilberto Miranda, que aplaude a conduta do governo no episódio da crise das bolsas. Apesar disso, Miranda observa que a política de juros altos não pode durar muito e impõe a realização de reformas em busca do equilíbrio fiscal. Otoniel quer aliar a estabilidade à busca de justiça social. **Página 4**

Orçamento vota contas do governo e créditos adicionais

O relatório do senador Jefferson Péres sobre as contas de 1996 do governo federal será apreciado amanhã, às 15h, pela Comissão Mista de Orçamento. Presidida pelo senador Ney Suassuna, a comissão deverá examinar também vários projetos de lei re-

ferentes a créditos adicionais. Um deles, com parecer favorável do relator, senador Edison Lobão, visa atender despesas de implantação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e de privatização das subsidiárias da Telebrás. **Página 2**



Jefferson Péres é autor do relatório sobre as contas do governo

Vídeo da 1ª teleconferência será vendido

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) está comercializando, por meio da Subsecretaria de Edições Técnicas, as fitas de vídeo da 1ª Teleconferência do Senado Federal sobre "Estratégias de Obtenção de Recursos Federais sem Intermediação", realizada em 5 de agosto passado. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones (061) 311-3575 e 311-3576

Crédito especial destina-se a despesas com a implantação da Anatel e com o processo de privatização das subsidiárias da Telebrás

Orçamento vota amanhã contas de 96 do Executivo

A Comissão Mista de Orçamento irá reunir-se amanhã, às 15h, para apreciar o relatório do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) sobre as contas do governo federal referentes a 1996 e vários projetos de lei de créditos adicionais. A comissão é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Um dos projetos refere-se à autorização do valor suplementar de R\$ 104.235.950,00 para o Ministério das Comunicações, que já tem parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA). O crédito tem por objetivo atender despesas relacionadas com a implementação da Agência Nacional de Te-



Suassuna preside a comissão

lecomunicações (Anatel) e com o processo de privatização das subsidiárias da Telecomunicações Brasileiras S. A. - Telebrás.

Também constam da pauta os requerimentos do senador Ernandes Amorim

(PPB-RO) e do deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG). Amorim deseja esclarecimentos do presidente da Eletrobrás sobre a aquisição do controle acionário da Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) pela subscrição de ações destinadas ao aumento do capital social da companhia. O senador justifica o requerimento por haver, segundo ele, "indício de despesa não autorizada". Caso seja aprovada a solicitação, o presidente da Eletrobrás tem o prazo de cinco dias para a resposta.

A comissão discutirá também autorização de créditos especiais para os ministérios da Agricultura, Fazenda, Indústria e Comércio, Transportes e Previdência Social.

Hollanda defende recursos para adutora

Joel de Hollanda (PFL-PE) pediu a destinação de recursos no Orçamento de 1998 para a construção da adutora do Motó, no sertão nordestino. Ele explicou que a obra solucionará definitivamente o abastecimento de água de 26 municípios da região, 21 deles localizados em Pernambuco e cinco na Paraíba.

Conforme o senador, a adutora tem um alcance social tão importante que o vice-presidente Marco Maciel prestigiou com sua presença o ato de assinatura dos contratos com a empresa encarregada de realizar o projeto. A licitação da obra, que terá uma extensão de 532



Hollanda: licitação este mês

quilômetros, está prevista para o mês de novembro.

Hollanda esclareceu que o projeto da adutora prevê ainda a construção de duas estações elevatórias, uma estação de pressurização, uma estação de tratamento de água e três reservatórios.

Odacir pede resposta a queixas quanto à Saúde

Odacir Soares (PTB-RO) sugeriu às autoridades responsáveis pela área econômica do governo que tomem medidas concretas e eficazes no sentido de responder às queixas do ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, e de secretários estaduais, relativas à escassez de recursos, que deveriam ser repassados para esse setor.

De acordo com o senador, o ex-ministro da Saúde Adib Jatene teria reclamado que o problema enfrentado atualmente pelo sistema de saúde ainda é o mesmo: "a falta de vontade



Odacir: medidas concretas

política do governo para aumentar os recursos". Odacir teme que, de alguma forma, essa declaração possa ter provocado "efeitos constrangedores".

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (11.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do *PLC nº 75/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica; do *PLC nº 48/97, dispõe sobre a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades e pelas instituições de pesquisa científica e tecnológica federais; do *Projeto de Resolução nº 127/97, autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 377 milhões, junto ao Brazilian American Merchant Bank, destinada ao financiamento do Programa de Reparelhamento e Modernização da Força Terrestre, a ser executado pelo Ministério do Exército; e do *Projeto de Resolução nº 128/97, autoriza a União a contratar operação de crédito externo, com o Brazilian American Merchant Bank, no valor equivalente a até US\$ 236 milhões, destinando-se os recursos ao financiamento do Programa de Reparelhamento e Modernização da Força Terrestre, a ser executado pelo Ministério do Exército.

Quarta-feira (12.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do *PLS nº 25/97, que cria o Fundo de Terras, do *PLS nº 219/97, altera a Lei nº 1.079/50, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, e o Decreto-Lei nº 201/67, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores; e do *PLS nº 220/97, estabelece as Diretrizes Nacionais de Defesa Civil.

Quinta-feira (13.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da *PEC nº 25/97, que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal - FEF; primeiro dia de discussão em primeiro turno

da *PEC nº 63/95, altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; e discussão em turno único do *PLC nº 13/97, revoga o art. 27 do Decreto-Lei nº 3.688/41 - Lei das Contravenções Penais (previsão de futuro e práticas semelhantes).

Sexta-feira (14.11.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (11.11.97)

15h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: 1 - Ata da 13ª Reunião Ordinária, em 4.11.97; 2 - Requerimentos do senador Ernandes Amorim e do deputado Sérgio Miranda;

3 - Contas do governo federal referentes a 1996 (relator: senador Jefferson Péres); e 4 - Projetos de lei de créditos adicionais.

17h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública com a participação do diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, Sérgio Darcy da Silva Alves; e do presidente da Federação Brasileira de Factoring (Sistema Febraba/Anfac), Luiz Lemos Leite, sobre o *PLS nº 230/95 (terminativo), que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para instrução do PLS nº 93/93, que dispõe sobre atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou semelhantes (regulamentação dos planos de saúde). Expositores convidados: Aluisio Campos da Paz Júnior, presidente da Rede Sarah; Jolison Rodrigues Ferreira, vice-presidente da Coordenação Regional do Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde - Ciefas; Nelson Rodrigues dos Santos, coordenador-geral do Conselho Nacional de Saúde; e Júlio Bierrenbach, representante da Federação Nacional das Empresas de Seguro - Fenaseg. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Assuntos relacionados ao relatório preliminar; e discussão sobre a prorrogação dos trabalhos da comissão. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Senadores devem apreciar criação do Fundo de Terras, contratação de professores estrangeiros e normas de segurança para quem trabalha com transporte de valores

Plenário terá uma semana de agenda cheia, com 21 matérias

O plenário do Senado apreciará nesta semana 21 matérias, entre elas o projeto do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que cria o Fundo de Terras, destinado a financiar pessoas que querem comprar uma área rural. O pagamento será feito em 15 anos e a primeira prestação vencerá ao final do terceiro ano.

A proposta de Amin estabelece que a terra a ser comprada não pode ter mais que 30 hectares, mas os senadores Osmar Dias (PSDB-PR) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentaram substitutivos, na CAE e na CCJ, prevendo que o tamanho máximo será de um módulo rural, o qual varia de região para região, sendo o menor de dois hectares e o maior de 120. A votação do fundo será na quarta-feira.



Osmar: substitutivo na CAE

Amanhã, os senadores votarão projeto da Câmara que obriga os profissionais de segurança de bens, de pessoas ou de transportes de valores a usarem colete à prova de balas. Também amanhã, o plenário votará projeto que regula a contratação de professores estrangeiros por universidades e institutos de pesquisas federais. Pela propos-



Alcântara: relator na CCJ

ta, esses professores deverão ser contratados pelas normas da lei que instituiu o Regime Jurídico Único para servidores federais.

Na quarta-feira, os senadores vão apreciar dois projetos de lei apresentados depois que uma comissão do Senado analisou os possíveis efeitos do fenômeno *El Niño* (aquecimento anormal das águas do Paci-

fico) e medidas a serem adotadas para prevenir catástrofes. O primeiro projeto coloca como crime de responsabilidade a omissão e o retardamento de medidas que possam evitar o agravamento de desastres. O segundo estabelece as diretrizes nacionais das entidades de defesa civil.

Na sessão de quinta-feira, começam as discussões de duas propostas de emenda constitucional. Uma delas acaba com a figura do juiz clausista nos tribunais superiores, mantendo-o nas juntas de conciliação e julgamento, mas sem remuneração. A outra emenda constitucional é a que prorroga até 31 de dezembro de 1999 o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), aprovada na última semana em primeiro turno. A votação das duas emendas deverá acontecer só na próxima semana.



Simon: situações suspeitas

Simon define critérios para a identificação criminal

Já está na Câmara dos Deputados projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que, regulamentando dispositivo constitucional, explicita as hipóteses em que a pessoa civilmente identificada será submetida a identificação criminal. A proposição, relatada pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC), foi aprovada com emendas, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e não houve recurso para apreciação da matéria pelo plenário.

As hipóteses, entre outras, são as seguintes: se não for apresentado documento de identidade ou, se apresentado, contiver rasuras ou mostrar-se visivelmente alterado; se o aspecto fisionômico e os dados relativos à cor de pele, cabelo, olhos e outros sinais descritos no documento não corresponderem aos do portador; se a fotografia do portador não contiver o carimbo, a tinta ou pressão, ou outra forma de chancela lançada pelo órgão responsável pela expedição.

E ainda: se for encontrado com o portador documento de identidade de outra pessoa, ou houver registro de que já tenha se utilizado de documento de terceiros para identificar-se; se o órgão expedidor do documento, obrigatoriamente consultado, não confirmar a identidade ou atribuí-la a outra pessoa; se o civilmente identificado for indiciado em inquérito policial ou já tiver condenação pela prática de crime inafiançável.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre o projeto de lei que institui a quarentena para a direção do Banco Central, quando dispensados das funções (representação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate entre o diretor do Departamento de Promoções do Iphan, Luiz Antônio Bolcaco Custódio, e o prefeito de Diamantina, João Antunes de Oliveira, sobre o tombamento de cidades históricas no país (representação)
- 9h30 - Entrevista com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) (representação)
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos (pré-gravada em 06/11 com a votação do Sistema de Financiamento Imobiliário)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- 18h45 - Entrevista com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) (representação)
- 19h30 - Debate entre o diretor do Departamento de Promoções do Iphan, Luiz Antônio Bolcaco Custódio, e o prefeito de Diamantina, João Antunes de Oliveira, sobre o tombamento de cidades históricas no país (representação)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h - Sessão plenária (representação)
- 06h30 - "Congresso Hoje" (representação)
- 1h - Debate entre o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e Elisa Gonçalves Martins, diretora do Pricon-DF, sobre a regulamentação dos planos de saúde (representação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (representação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (representação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (representação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação até as 7h30

Amazônia é atração no Salão Negro até dia 28

Exposição denominada *Convivência e Esperança*, com fotos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento da Amazônia, será atração no Salão Negro do Congresso Nacional a partir de hoje, até o dia 28. O evento é promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e pela Associação Brasil Soka Gakkai Internacional.

A mostra é composta por 65 painéis verticais de 2,40m de altura por 1,20m de largura, com textos, mapas ilustrativos e gráficos. A exposição, apresentada pela primeira vez no Rio-92, já foi exibida em várias cidades brasileiras e em países sul-americanos.

ARTES PLÁSTICAS
No hall do Auditório Petrólio Portella, a artista plástica Alzeni Torres expõe seus quadros de óleo sobre tela

também a partir desta segunda-feira, até sexta-feira.

CINEMA

O projeto Cultura ao Meio-Dia, da Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal, traz nesta quarta-feira um dos filmes mais prestigiados da nova safra do cinema brasileiro: *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil*, dirigido por Carla Camurati. O longa-metragem é uma deliciosa comédia sobre a realeza portuguesa e conta a vida, no início do século XIX, de d. João VI e da família real.

No elenco estão Marieta Severo, Marco Nanini, Ludmilla Dayen, Aldo Leite, Maria Fernanda, Vera Holtz, Eliana Fonseca, Luci Costa, Rubens Araújo e Hélio Ary. Na sessão de quinta-feira, às 21h18, o filme será apresentado às 12 horas no Auditório Petrólio Portella, com entrada franca.

Este é o momento de o Congresso brasileiro deslanchar as reformas pendentes, disse Otoniel Machado. Gilberto Miranda também quer pressa, em nome do fortalecimento da moeda

Otoniel: crise nas bolsas é sinal de alerta

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) apontou a crise que abalou as bolsas de valores em todo o mundo como um sinal de alerta para que o Legislativo brasileiro vote imediatamente as reformas que aguardam deliberação.

- Esta crise representa um alerta para que se deslanche o processo das reformas com a urgência que nos impõem as particularidades do novo ciclo econômico que o mundo está atravessando - disse o senador.

Ele defendeu a votação urgente dessas mudanças, mesmo que posteriormente seja



Otoniel: novo ciclo econômico mundial

necessário "ampliar os debates sobre as reais necessidades internas e externas brasileiras". Isso porque "há quem anuncie uma recessão para

1998 e o país não pode deixar de estabelecer estratégias para manter a estabilidade da moeda, o fortalecimento da economia e buscar a justiça social".

Otoniel Machado também disse que a aprovação das reformas "é importante para que o país não fique estático diante do fluxo de cerca de US\$ 1,5 trilhão que diariamente busca mercados com pouquíssima ou nenhuma fidelidade". Na opinião do senador, apenas a solidez das instituições públicas e privadas brasileiras poderá responder "aos nossos anseios de estabilidade

e garantir que esses capitais infieis não nos façam vítimas de sua voracidade especulativa".

Ele elogiou a rapidez com que as autoridades monetárias brasileiras agiram no momento em que as bolsas entraram em crise e afirmou que, se as medidas tomadas implicam mais custo para o Brasil, resta o consolo de saber que foram indispensáveis. O senador também registrou que, se o mundo pode dispensar os papéis que alimentam a especulação nas bolsas de valores, não pode dispensar os alimentos, daí por que entende que o momento é promissor para a agricultura brasileira.



José Ignácio: "rotina desgastante"

José Ignácio fixa jornada de enfermeiro

Enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem não trabalharão mais que seis horas diárias e 30 horas semanais caso seja aprovado projeto de autoria do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

Para o senador, a redução da jornada de trabalho dos enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem "não somente beneficiará esses profissionais quanto ao desempenho de suas atividades, mas também contribuirá para a melhoria da qualidade de seus serviços, já que estão submetidos a uma rotina de trabalho reconhecidamente desgastante".

Miranda: juros altos impõem a busca do equilíbrio fiscal

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) conclamou os parlamentares a enfrentarem o desafio representado pelas "atuais circunstâncias, promovendo o entendimento das duas Casas do Congresso Nacional, bem como das diferentes facções políticas, para apressar as votações das reformas administrativa, previdenciária e tributária, indispensáveis ao fortalecimento do Plano Real".

Ele disse que "merece aplauso a prontidão e a firmeza com que o governo brasileiro reagiu às ameaças de desvalorização da moeda nacional". O resultado da perda de controle sobre a taxa cambial, conforme observou, traria graves consequências, como a redução da credibilidade junto aos investidores estrangeiros, migração de capitais para o exterior, possível retorno do processo inflacionário e outros problemas econômicos.

Na opinião de Gilberto Miranda, a política de juros altos não pode durar muito e a redução da vulnerabilidade exige a realização das reformas, que trarão o almejado equilíbrio fiscal ao Estado brasileiro.



Miranda: Estado mais enxuto

O senador destacou que, sendo mais enxuto e eficiente, o Estado pode vir a apresentar superávit, em lugar do déficit crônico, e passar a fazer os investimentos que são importantes para o país. A redução da dívida pública interna, por outro lado, livrará o governo da condição de refém da política de juros altos que ele próprio estabelece, frisou. Isso tudo, segundo ele, depende da conclusão do processo de reformas.

- Não devemos pôr a perder um plano econômico que se vem mostrando o mais sólido e eficaz de quantos este país já adotou, por pura acomodação ou por temor levá-lo às últimas e necessárias consequências - disse ele.

Jonas destaca apoio do governo às cooperativas

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) elogiou sexta-feira o compromisso assumido pelo governo federal de implementar o Programa de Capitalização e Revitalização das Cooperativas Brasileiras. Conforme informou, o anúncio foi feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo, em Brasília, iniciado na última terça-feira.

- Esse programa vem em boa hora e possibilitará que as cooperativas brasileiras, mais capitalizadas e revitalizadas, possam consolidar seu papel na economia. Atualmente, muitas delas encontram-se em dificuldades financeiras, motivadas por dívidas bancárias e tributárias de difícil equacionamento, sem a criação de condições especiais para as negociações - disse.

De acordo com Jonas Pinheiro, seria criado um comitê executivo, com representantes do governo federal, do Banco Central, do BNDES e do setor cooperativista, com a responsabilidade de apreciar os projetos de viabilidade



Jonas: programa em boa hora

de cada cooperativa e aprovar o financiamento e as medidas necessárias para a capitalização e a revitalização dessas entidades.

- Essa sistemática visa assegurar que o apoio a ser concedido a cada cooperativa seja definido em perfeita sintonia com a sua necessidade, sua capacidade operacional e sua potencialidade, impedindo que tal apoio seja dado às cooperativas inviáveis ou irrecuperáveis financeiramente. Assim, o apoio e a alocação de recursos serão feitos com parcimônia e dentro da realidade de cada cooperativa - frisou.

Campos altera abandono de emprego

Projeto de lei que determina a demissão por justa causa, decorrente do abandono de emprego, somente após ultrapassados 30 dias e duas notificações ao empregado, foi apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT). A proposição foi baseada em sugestão de alunos da Faculdade de Direito de Cuiabá, enviada ao senador.

- Recebi a proposta, com muita honra, dos acadêmicos Waldir Caldas Rodrigues, Wesley Santos Pereira e Sebastião Ferreira de Souza - registrou o senador.



Campos: idéia dos estudantes